

CLEVELÂNDIA DO NORTE (OIAPOQUE): TENSÕES SOCIAIS E DESTERRO NA FRONTEIRA DO BRASIL COM A GUIANA FRANCESA

Edson Machado de Brito

RESUMO

Este artigo discute a criação e o funcionamento do presídio de Clevelândia do Norte (1924-1926), localizado na cidade de Oiapoque. O contexto da consolidação da presença do Estado brasileiro na região coincidiu com o contexto nacional marcado por fortes tensões políticas, no meio da qual o presidente Arthur Bernardes assumiu o governo, impondo uma repressão violenta contra as vozes dissidentes. Nesse contexto, centenas de pessoas foram desterradas e assassinadas, entre elas, sindicalistas, anarquistas, militares rebeldes (conhecidos como “tenentistas”), menores abandonados, suspeitos de “conspiração” e criminosos comuns.

PALAVRAS-CHAVE: Clevelândia, fronteira, repressão.

ABSTRACT

This article discusses the creation and operation of the North Clevelandia presidium (1924-1926), located in the city of Oiapoque. The context of consolidation of the presence of the Brazilian state in the region coincided with a national situation marked by strong political tensions in which President Arthur Bernardes took the government by imposing a violent repression of dissidents voices. In this context, hundreds of individuals were displaced and killed, among them were trade unionists, anarchists, rebelled junior officers known as tenentes (“lieutenants”), destitute, homeless child, suspected of “conspiracy” and common criminals.

KEYWORDS: Cleveland, border, press.

* O autor é filho de *Kayapó*, nascido no estado do Amapá. É professor de História Indígena no Instituto Federal da Bahia – *Campus* Porto Seguro. Fez o mestrado em História Social pela PUC-SP e atualmente é doutorando no Programa Pós-graduado em Educação: História, política, sociedade, na mesma universidade, pesquisando a educação escolar indígena entre os *Karipuna* do Oiapoque (Amapá), com financiamento do CNPq. O artigo é parte do trabalho realizado na dissertação de mestrado, sob o título *Do sentido aos significados do presídio de Clevelândia do Norte: repressão, resistência e a disputa política no debate da imprensa*, defendida em maio de 2008, também financiada pelo CNPq. E-mail: ebprof13@bol.com.br

Introdução

O artigo discutirá a instalação e o funcionamento do presídio de Clevelândia do Norte (1924-1926), localizado no município do Oiapoque, na fronteira territorial do atual estado do Amapá com a Guiana Francesa, e as implicações do presídio no período imediatamente após o seu fechamento. Ao longo das análises aparecerão os conflitos sociais e as tendências políticas em confronto naquele contexto histórico, bem como aparecerão as histórias e a identidade dos sujeitos que passaram pela crueldade cotidiana do presídio.

O município do Oiapoque, onde está situado o presídio de Clevelândia do Norte, é uma localidade marcada por conflitos históricos que entrelaçam o passado com o presente. Arthur Cezar Ferreira Reis (1968) identifica a região do como uma localidade de conflitos históricos que retomam o século XVI, quando ocorreram as primeiras expedições européias na região. Foi no bojo dos conflitos naquela fronteira que o Estado brasileiro decidiu pela criação da Vila Agrícola de Clevelândia do Norte, fundada em 1922. A Vila funcionaria como elemento “neutralizador” das influências francesas na região, abrigando camponeses originários do nordeste brasileiro (ALICINO; 1971).

A década de 1920, período de construção e ocupação de Clevelândia do Norte, foi repleta de confrontos políticos nacionais, em que as forças oposicionistas abriram um acirrado processo de luta contra o governo oligárquico vigente. Assumindo o governo federal, o presidente Arthur Bernardes (1922-1926) adotou uma política de brutal repressão, na qual, além do estado de sítio e da criação do Departamento de Ordem Política e Social (DEOPS), a vila de Clevelândia do Norte foi transformada numa prisão, para onde foram desterrados e assassinados centenas de indivíduos, entre eles, anarquistas, tenentistas, sindicalistas, trabalhadores suspeitos de causar a “desordem pública”, indigentes, criminosos dos grandes centros urbanos e menores abandonados.

Situando o Oiapoque e Clevelândia do Norte

Localizada no município do Oiapoque, no estado do Amapá, a vila de Clevelândia do Norte fica na margem do rio Oiapoque, no limite territorial com a Guiana Francesa. A região é caracterizada pela densa cobertura da floresta amazônica, recortada por rios e igarapés. Atualmente a Vila é uma base militar da 1ª Companhia de Fuzileiros de Selva do exército

brasileiro. Nas suas proximidades há presença de povos indígenas que vivem em aldeias, pequenos agricultores e garimpeiros, entre outros sujeitos sociais.

O acesso ao município do Oiapoque é dificultado pela precariedade do transporte público e das estradas da região. A única rodovia que liga Macapá, capital do estado do Amapá, ao Oiapoque – a BR-156, não é totalmente pavimentada, e no percurso da viagem os veículos que fazem o transporte de passageiros e cargas atravessam terras indígenas, passando sobre pontes de madeira desgastadas pela ação do tempo. A má conservação da estrada e as fortes chuvas provocam a inviabilidade do tráfego no período do inverno, chegando ao ponto de ser necessário interditar a estrada por falta de segurança (o inverno na Amazônia é caracterizado por intensas chuvas no período de dezembro a junho).

A incorporação definitiva da região do Oiapoque ao Brasil é fato recente. O Tratado de Berna, que definiu o rio Oiapoque como a fronteira entre o Brasil e a Guiana Francesa, foi assinado somente em dezembro de 1900, e antes desse tratado a localidade foi palco de intensas disputas territoriais. Após o Tratado de Berna, o governo brasileiro organizou uma expedição para vistoriar a localidade, resultando na decisão de criar a colônia agrícola de Clevelândia do Norte, com o objetivo de ocupar o território nacional na fronteira do Brasil com aquele país. Em maio de 1922 a vila foi inaugurada, contando com amplos e confortáveis prédios construídos para receber os colonos que foram destacados do nordeste brasileiro para a localidade (ALICINO; 1971).

Sobre a constituição do presídio de Clevelândia do Norte, Alicino observa que:

Tudo estava correndo bem em fins de 1924. Mas foi mesmo neste comenos que algo de estranho se insinuou, por força maior, nas estruturas da colônia, refreando-lhe a tenaz e febril vontade de prosseguir no seu entendimento, malogrando-lhe o papel de tal forma que quase acaba por destruí-la (1971: 92).

"Algo de estranho se insinuou" é a frase que o autor utiliza para se referir à chegada dos primeiros presidiários em Clevelândia, em dezembro de 1924, transformando a colônia agrícola numa prisão. O autor analisa a questão considerando que a mudança no projeto original da Vila foi negativa pelo fato da vila agrícola transformar-se em presídio, porém não há uma discussão atenta sobre o contexto histórico em que estavam envolvidos os presidiários que chegaram a Clevelândia.

É importante observar que Alicino é um padre que publicou sua obra sobre Clevelândia do Norte pela editora do exército, em 1971. Portanto, além de ser um trabalho vinculado à instituição militar em pleno regime autoritário de governo, o trabalho é produzido por um membro da hierarquia religiosa.

Contextualizando o presídio de Clevelândia do Norte

Na obra *A resistência anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)*, Raquel de Azevedo (2002) observa que o acirramento das lutas sociais nas primeiras décadas do século XX produziu um modelo de Estado que cerceava a liberdade e utilizava o arbítrio e a violência contra anarquistas, militares rebelados, comunistas e indigentes que viviam nas ruas das grandes cidades brasileiras.

Analisando o mesmo período, Paulo Sérgio Pinheiro (1991) evidencia naquele contexto histórico as contradições sociais brasileiras e a emergência de projetos revolucionários. Segundo o autor, as manifestações e a organização da classe operária, especialmente a greve de 1917, em São Paulo, deixavam as forças governistas preocupadas e de prontidão. Em janeiro de 1921 foram criadas duas leis que visavam a reprimir a dissidência política: o decreto 5.221, que regulava a entrada e a expulsão de estrangeiros, e o decreto 4.269, que previa a repressão ao anarquismo. Nos anos seguintes vieram novas leis que tentavam impor o silenciamento da resistência operária no país.

As repercussões da revolução bolchevique de 1917, as ações anarquistas e o “tenentismo” atemorizaram as autoridades republicanas. A esse respeito, Pinheiro faz a seguinte consideração:

Na Primeira República, as elites estavam apavoradas devido à revolução bolchevique de 1917, e, vendo em qualquer protesto o fantasma da revolução, os governantes sempre vacilaram entre pequenas reformas mínimas e a repressão brutal (2001:273).

Pinheiro não apresenta um estudo específico sobre o presídio de Clevelândia do Norte, mas retrata a temática no quinto capítulo do seu estudo, sob o título "Desterros e

campos de internamento", onde avalia o que considera como a escalada da repressão do Estado sobre os grupos políticos dissidentes. O autor escreve:

Este arbítrio do Estado pode ser constatado de forma viva e alargada durante o governo Arthur Bernardes, quando se tornou tão notório como naquele período de desterro de cidadãos envolvidos nas revoltas tenentistas, militantes, trabalhadores e desempregados. O envio para Clevelândia, apesar das alegações do antigo ministro que examinamos, representava alguma coisa equivalente a uma sentença de morte (*idem*: 95).

Aspásia Camargo considera que a Semana da Arte Moderna, o levante tenentista, as manifestações anarquistas e a criação do Partido Comunista foram alguns dos movimentos que expuseram abertamente os problemas sociais brasileiros naquela conjuntura política (2001:331).

Analisando as prisões criadas pelo Estado brasileiro durante as décadas de 20 e 30, Regina Pedroso faz a seguinte referência ao presídio de Clevelândia do Norte:

...Dezenas de suspeitos, implicados e inconfidentes, ficaram atulhados em prisões, quartéis e navios. As detenções foram realizadas em massa, como no caso dos 800 trabalhadores esquerdistas, presos e encarcerados num velho navio, sendo ali espancados e mal alimentados. Transferidos posteriormente para a colônia Clevelândia, ficaram sujeitos ao trabalho forçado e às doenças tropicais. (2003:116)

Clevelândia do Norte, imprensa e confrontos políticos

É importante lembrar que nos últimos anos da década de 1920 as lutas sociais se acirravam e as disputas políticas apontavam para um rompimento com as políticas do governo republicano vigente. Nessas disputas estavam presentes sujeitos que se agrupavam em organismos político-ideológicos, provocando embates que se expressavam na imprensa, tanto nos jornais de grande circulação como nos pequenos jornais e periódicos.

Outra constatação significativa é que o presídio de Clevelândia do Norte estava no centro dos debates políticos no momento posterior ao seu fechamento. Durante o seu funcionamento (1924-1926), o estado de sítio impôs a censura à imprensa, proibindo-a de manifestar-se livremente sobre os temas políticos, implicando no total silenciamento sobre a temática Clevelândia do Norte.

Após o fim do governo Bernardes, que coincidiu com o fechamento do presídio de Clevelândia e com a suspensão do estado de sítio e da censura, os embates na imprensa foram exaustivos na exposição dos “acontecimentos sobre a Clevelândia”. A imprensa oposicionista relacionava o presídio ao desterro (na fronteira, no meio da floresta) e à tentativa de extermínio da oposição política. Notificava-se sobre "os horrores de Clevelândia", "o extermínio de presidiários", "os crimes do governo Bernardes", "o desterro da peste e da morte", "a hecatombe de Clevelândia" e dezenas de outras manchetes que buscavam sensibilizar a opinião pública contra o governo oligárquico. No pólo oposto, outros jornais, alinhados ao governo federal, notificavam que "determinados jornais mentem sobre a Clevelândia", ou então denunciavam “A indústria da demagogia e o filão da Clevelândia”, ou ainda "...a exploração vergonhosa que fez o oposicionismo no caso da colônia Clevelândia".

A imprensa era um dos principais meios de expressão das tendências políticas em confronto no período, e os grupos políticos envolvidos nos embates tinham o seu próprio veículo de imprensa, onde veicularam as suas opiniões sobre o presídio e sobre a política nacional.

Analizando as disputas políticas travadas na segunda metade da década de 1920, no período posterior à dissolução do presídio de Clevelândia do Norte, Decca (1994) realiza demonstra a construção de um projeto revolucionário comum constituído por três grupos políticos: o Bloco Operário e Camponês (BOC), o Partido Democrático (PD) e os “tenentistas”¹.

¹ Criado em 1927, o BOC era reconhecido pelo conjunto da aliança revolucionária como o único e legítimo porta-voz da classe operária, não podendo ser visto apenas como “uma extração eleitoral do Partido Comunista Brasileiro” (que foi posto na ilegalidade pelo governo Washington Luís). Além da presença dos comunistas, o que caracterizava o BOC era o fato de ser um partido “parlamentar e eleitoral”, que tinha o reconhecimento dos demais grupos políticos que compunham a aliança oposicionista. Além disso, o BOC havia aceitado a proposta de participar de um projeto de revolução que foi “definida fora dele, isto é, não lhe cabia realizá-la”, pois a condução do processo revolucionário estava nas mãos de outros setores, os “tenentistas”, particularmente. Além disso, o BOC defendia a revolução democrático-burguesa, nos moldes leninistas, "enfazando a liberação das forças produtivas sobre a base capitalista através da revolução agrária". O BOC considerava que a aliança de classes (representada pela aliança com o PD e com os “tenentistas”) era uma medida fundamental para derrubar a oligarquia feudal/latifundiária nacional, para então criar "o

As três forças políticas que formavam o projeto revolucionário oposicionista haviam acordado que o eixo de luta entre capital e trabalho não seria um tema apreciado pela revolução. No entanto, o BOC foi forçado a rever essa posição quando a própria classe operária deu início às ações que reivindicavam não apenas a luta parlamentar e as concessões trabalhistas. Pressionado pelas manifestações operárias, o BOC não teve alternativa, senão participar diretamente dos movimentos grevistas, o que significou o seu afastamento e exclusão do campo de aliança com o PD e tenentistas.

No final da década de 1920, o anarquismo não tinha mais a força de ação de outrora, no entanto, os anarquistas continuavam agindo pela desestabilização do governo republicano e pela definitiva abolição do estado. Mantinham total ceticismo em relação à representação parlamentar e às ações legislativas e trabalhistas que prometiam melhorar as relações de trabalho. A concepção de revolução dos anarquistas foi expressa na edição do dia 12 de fevereiro de 1927 do periódico *A Plebe*, classificando todos os governos como tiranos, opressores. Escreve um dos anarquistas: "Não confieis nos salvadores. Eles só poderão dar-vos leis, direitos inscritos num papel, trapos sem valor, ou carregar-vos de impostos, para vos oferecerem melhoramentos (...) a vossa custa". Ou seja, para o anarquismo, a libertação do julgo é possível somente com o fortalecimento da classe operária e a abolição do Estado.

espaço nacional na etapa imperialista" e, no momento seguinte, promover a revolução proletária. O jornal *A Nação* era o porta-voz do partido. Por sua vez, o Partido Democrático (PD) foi originado numa ruptura no interior da oligarquia agrária paulista, não tendo, portanto, nenhum compromisso ideológico com a classe operária. O PD incorporou a temática da revolução, "sem contudo, assumi-la", ou seja, o Partido concebia que, ainda que estivesse do lado da revolução e da classe operária, "o eixo da revolução passava por fora da classe operária", cabendo ao governo revolucionário encaminhar políticas legislativas e trabalhistas para solucionar a questão social (Decca, 1994:90). As aspirações do Partido eram transmitidas pelos jornais *O Estado de São Paulo* e *O Combate*, ambos de São Paulo. Os "tenentistas" formavam uma tendência oposicionista que surgiu no bojo das lutas sociais dos anos 20, promovendo campanhas revoltosas que preocupavam o governo oligárquico. O programa revolucionário proposto por eles contemplava mudanças no sistema eleitoral (voto secreto), a liberdade de expressão, a centralização do Estado, o equilíbrio entre os três poderes, educação primária obrigatória e ensino profissional, entre outras medidas. Estavam integrados ao aparelho militar do Estado, sendo originários das camadas médias urbanas, e dentro do acordo revolucionário oposicionista eram considerados os "agentes revolucionários por excelência". A historiografia conservadora foi quem criou, junto com a teoria da "revolução de trinta", a categoria "tenentistas". Esse exercício teórico da historiografia buscou ocultar as lutas de classe e o papel que a classe operária exerceu nos acontecimentos históricos do período. Foi uma forma de retirar a classe operária da situação de classe revolucionária, projetando, dessa maneira, uma revolução sob controle de grupos sociais atrelados ao Estado (os militares), produzindo uma revolução que rejeitava a participação das camadas populares na condução da história. Os interesses ligados a esse grupo eram expressos pelos jornais *O Combate* e *A Nação* (DECCA; 1994).

Os anarquistas eram também críticos contundentes do projeto oposicionista formado pelo PD, “tenentistas” e BOC, pois, segundo eles, a revolução proposta por essa aliança não rompia com a raiz do problema que produzia a injustiça social no país. Era necessário abolir o Estado e todas as relações de opressão no interior da sociedade, criando condições para a instalação de uma sociedade livre do poder opressor.

Além dos grupos oposicionistas, havia a posição do governo republicano, que estava no campo das disputas pela manutenção da situação política vigente. Enquanto os jornais *O combate*, *A Nação* e *A Plebe* combatiam pela derrubada do governo oligárquico, tendo o presídio de Clevelândia como pano de fundo dos embates, o jornal *O Paiz*, do Rio de Janeiro, estava na defensiva, rebatendo as acusações e denúncias contra o governo federal.

A terra que Deus esqueceu

Quando a imprensa brasileira se empenhou nos debates sobre o presídio de Clevelândia do Norte, um aspecto que foi exaustivamente explorado por todos os grupos políticos envolvidos nas lutas sociais foi uma determinada visão sobre o Oiapoque. As denominações mais comuns para se referir à região eram: “inferno verde”, “Sibéria brasileira”, “jardim dos suplícios”, “desterro da peste e da morte”, “selvas pestilentas”, “lugar inóspito”, entre tantas outras. O jornal *O Combate*, na edição do dia 7 de janeiro de 1927, se refere ao Oiapoque da seguinte maneira: “A insalubridade do seu solo, todo pantanoso, so permite nelle viver os caboclos de origem, ja affeitos as febres e ao impaludismo (...) Uma terra que Deus esqueceu”.

Notificando sobre o retorno de presidiários de Clevelândia, o jornal *O Combate*, na edição do dia 7 de fevereiro de 1927, anunciou a chegada, no Rio de Janeiro, de presidiários originários de Clevelândia. “Um clarão de alegria para os que, de novo, voltam a rever a Patria e a Família”. Nota-se que as palavras pátria e família estão escritas com as letras iniciais maiúsculas, o que reforça a idéia do jornal de que os presidiários foram afastados deliberadamente das instituições fundamentais da sociedade: a pátria e a família.

As adjetivações dos jornais oposicionistas ao Oiapoque e a Clevelândia prosseguem descrevendo o lugar como “aquelas terras onde as doenças e as pestes dizimaram a vida de centenas de presidiários”.

O periódico anarquista *A Plebe*, na edição de 12 de fevereiro de 1927, publicou uma correspondência do ex-presidiário de Clevelândia e líder libertário Domingos Braz², na qual Clevelândia é descrito como um presídio localizado no Oiapoque, “uma região que nem sequer é nomeada nas geographias”. A carta prossegue constatando os horrores experimentados pelos “desterrados e infelizes, isolados do mundo, das coisas, da família e da sociedade”.

Numa matéria publicada dia 12 de janeiro de 1927, jornal *O Combate* apresenta o depoimento de “um distinto moço paulista”- ex-presidiário de Clevelândia do Norte, que não se identificou, na qual narra a sua trajetória, desde a prisão em Catanduvas³ até os seus últimos dias no presídio. Afirma que, de Catanduvas, caminharam 12 dias até a cidade de Iriti, onde embarcaram num trem e viajaram até Curitiba, e de lá foram para o porto de Paranaguá. Dali seguiram para o Rio de Janeiro no navio “Cuyaba”. No Rio, os presos foram transportados para o navio “Caxambu”, onde se juntaram a “150 ladrões, assassinos e vagabundos”, diz o moço. Depois de 15 dias viajando, chegaram à montanha *Largent*, na Guiana Francesa. Lá embarcaram no navio “Oyapock” e seguiram até uma localidade chamada Santo Antônio (no Oiapoque), onde desembarcaram e seguiram caminhando pela floresta durante uma noite inteira, atravessando igarapés (pequenos rios) e “pantanos”. Durante o caminho, muitos homens, fatigados, desistiam de caminhar e esperavam amanhecer para prosseguir. No presídio encontravam “de tudo quanto se possa imaginar de hostil e nocivo à humanidade”, diz o rapaz, que complementou narrando sobre as epidemias e mortes dos presos e o tratamento dos enfermos: “o médico, Dr. Joaquim Paulo, mais parecia um aliado da morte”, conclui.

Na defensiva do governo republicano, o jornal *O Paiz* publicou uma matéria datada do dia 11 de fevereiro de 1927, na qual se refere à situação dos presos de Clevelândia como “novos hóspedes” do Oiapoque. Na matéria, o jornal insiste categoricamente que todos os presidiários receberam o melhor tratamento possível. Como prova disso, o jornal apresentou o resultado de dois inquéritos instaurados contra a comissão administrativa de Clevelândia, o primeiro realizado em junho de 1925, e o segundo, em junho de 1926, nos quais não consta nenhuma anormalidade no presídio. Os alojamentos, a alimentação e o respeito à integridade

² Domingos Brás era operário têxtil de Petrópolis, militante e escritor anarquista. Foi preso em Clevelândia em 1925, de Conseguiu escapar, retornando ao Rio de Janeiro, no início de 1930. Aderiu o Partido Comunista Brasileiro, tornando-se secretário do Partido entre os anos 1932-1933. O seu prontuário está no arquivo do DOPS, no arquivo do estado de São Paulo.

³ Catanduvas à qual o texto se refere, está localizada no estado do Paraná.

dos presidiários foi, comprovadamente, garantida pelo relatório, sendo que os inquiridos contaram, inclusive, com depoimentos de presidiários que atestaram não ter nenhuma reclamação contra a administração do núcleo de Clevelândia. Quanto à epidemia que resultou na morte de centenas de presos, o jornal notificou que eram epidemias "ocasionaes (levadas do sul pelos soldados tenentistas)" e que não afetaram apenas Clevelândia do Norte, mas foi um problema que assolou "varios logares", diz a matéria.

Na mesma matéria, *O Paiz* identificou os presidiários de Clevelândia como dinamiteiros, vagabundos, anarquistas, batedores de carteiras e ainda apontou os motivos que geraram os discursos "falaciosos" dos jornais oposicionistas. O trecho é esclarecedor: "Esquecem-se, esses patriotas de estranha filosofia, de que se não tivesse havido revolução o governo também não teria sido forçado a tomar algumas medidas severas, absolutamente necessárias à jugulação da mashorca e à manutenção do proprio regimen". A matéria é encerrada com a seguinte frase: "Ah! Clevelândia infernal, que sera de ti se certos jornaes evangelizadores não encontrarem, por estes magros tempos, um assunto mais interessante do que estas pacíficas plantações de mandioca?"

Portanto, está evidente que *O Paiz* está empenhado em justificar a criação do presídio de Clevelândia do Norte como uma decisão inevitável diante das manifestações revoltosas dos militares e demais sujeitos sociais dissidentes, bem como busca desqualificar os presidiários.

Assumindo diferente perspectiva, o jornal *O Combate* tinha um claro posicionamento sobre o presídio: "Clevelândia é um inferno mais terrível que o de Dante", diz a edição do dia 10 de janeiro de 1927. Já na matéria "Cynismo ou demência?", publicada no dia 31 de março do mesmo ano, o jornal afirmava que havia um relatório oficial que não aconselhava enviar os militares para "terras inabitadas" como o Oyapoque, no entanto, o governo Bernardes escolheu o pior lugar para desterrar as "vítimas do seu ódio", conclui o jornal.

Intitulada "As victimas da sanha Bernadesca", a matéria publicada no dia 11 de janeiro de 1927, no mesmo jornal, notifica-se que: "Na leva que agora regressa de Clevelândia, o maior número é de prisioneiros de Catanduvas. São os que estão em estado de saúde mais deplorável. Atacados pela febre palustre, pela desinteira e por uma terrível molestia de pelle, tem todos um aspecto horrivel, que inspira compaixão". Os presos de Catanduvas eram os militares "tenentistas" que estiveram à frente da batalha contra o governo oligárquico, em 1924. É importante observar que *O Combate* apresenta os *tenentistas* como as verdadeiras vítimas de Clevelândia, ou melhor, são as vítimas do ódio do governo oligárquico.

Os anarquistas faziam oposição ao governo vigente e aos demais grupos oposicionistas. O periódico *A Plebe* definia os presidiários de Clevelândia como sujeitos oriundos dos grupos oprimidos historicamente, das camadas pobres da população brasileira e os estrangeiros. Na edição do dia 12 de março de 1927, os anarquistas afirmaram que, no início da década de 20, o Brasil estava num "regime de guerrilha", sendo que os guerrilheiros eram aqueles que propagavam o "ideal de amor, paz, liberdade e harmonia, crime que todos os governos não perdoam", e por isso os guerrilheiros foram enviados para Clevelândia, pagando com suas vidas naquela "região mortífera". Na visão do periódico, até mesmo os militares presos em Clevelândia eram sujeitos oprimidos e excluídos pelas próprias forças armadas, e a prova disso era que não havia oficiais entre os militares presos.

Rebatendo as críticas da oposição, no dia 5 de fevereiro de 1927, *O Paiz* afirmava que os presídios brasileiros destinados aos presos políticos estavam lotados e "Clevelândia era o que havia no momento", não sendo, portanto, a escolha do Oiapoque uma decisão arbitrária. Na defensiva às acusações de abuso contra os presidiários, o jornal afirma: "Que é, em verdade e em resumo, essa terra tão decantada pelas folhas useiras e veseiras na exploração dos casos sensacionais? Uma communissima colonia agricola (...)". Aqui fica evidente o esforço da imprensa governista em amenizar a brutalidade desferida contra os presos de Clevelândia. De "inferno verde", o presídio de Clevelândia passa a ser visto como "comuníssima plantação de mandioca".

Ainda sobre a identidade dos presidiários de Clevelândia, o jornal *A Nação* seguiu os parâmetros do acordo estratégico feito pelo BOC com o PD e os "tenentistas". No dia 4 de fevereiro de 1927, o jornal denunciou que o presidente Bernardes "despachou para Clevelandia heroicos revolucionarios trahidos em Catanduvras, bravos soldados e sub-officiais da policia militar e das guarnições do exercito aquartelada no Rio, pelo crime de conspiração, ou muitas vezes alvos de infames pessoas (...) igual sorte tiveram centenas de operarios", conclui a matéria. O jornal apresenta os presidiários de Clevelândia em três categorias: os "militares do exército libertador", os "presos políticos" (onde estão os operários e sindicalistas) e os "simples indesejáveis" (ladrões, vigaristas, punguistas, salteadores e vadios). Essa classificação está exposta na edição do dia 5 de janeiro de 1927, onde o jornal informou também que, entre os presidiários havia 407 militares presos na revolta de Catanduvras.

Evidências da brutalidade contra as vozes dissidentes

Na edição do dia 7 de fevereiro de 1927, *O Combate* noticiou a chegada de 75 presidiários no Rio de Janeiro e publicou a entrevista concedida pelo ex-presidiário Augusto da Silva Ramalho, na qual afirma ainda desconhecer o motivo de sua prisão. O entrevistado narrou detalhadamente a situação do presídio e o tratamento que os prisioneiros receberam em Clevelândia. Segundo ele, assim que chegavam ao presídio, “recebiam ordens para trabalhar, sempre vigiados pela guarnição militar da colônia, que os maltratava à primeira fala”.

Em outra edição, do dia 23 de fevereiro de 1927, o mesmo jornal reproduziu a entrevista concedida pelo ex-presidiário anarquista Domingos Passos⁴, ao jornal *A Noite*. Na entrevista, Passos diz que os presidiários sofriam constantes espancamentos desferidos por outros presidiários conhecidos como “coronel Bahia, Za-la-mort, Rio Grande e Padeirinho”. Esses indivíduos tinham autorização da administração do presídio para espancar os demais presos. O militante anarquista narra uma história de violência ocorrida contra um velho pedreiro, apelidado de “construtor”: “Estando em trabalho, “Constructor”, para aproveitar a massa que havia preparado, demorou-se um pouco mais a chegar para à refeição. Foi o quanto bastou para que o coronel Bahia lhe vibrasse violenta bofetada, arrancando-lhe um dente, do que resultou forte hemorragia”. Segundo Passos, o presidiário Antônio Salgado foi “posto a ferros” por ter protestado contra o espancamento de “Constructor”.

Passos prossegue a entrevista afirmando que, mesmo doentes, todos os presidiários eram obrigados a cumprir longas jornadas de trabalhos pesados. Um dos maiores temores dos presos era adoecer e entrar no hospital “Simões Lopes”, localizado nas dependências do presídio, pois todos que entravam no hospital “dois ou tres dias depois na certa, estava sahindo, já cadáver...”

Os depoimentos dos presidiários não deixam dúvida sobre a violência desmedida que a administração do presídio praticava contra os presos. Ao que tudo indica, aquela prisão e o tratamento por ela oferecido eram exemplares contra os sujeitos e grupos políticos dissidentes, fossem eles militares ou civis.

Outro exemplo da brutal violência praticada contra os presidiários está expresso no jornal *A Nação* que, na edição do dia 4 de fevereiro de 1927, publicou uma correspondência postada por um presidiário português (não identificado), que narrou a sua versão sobre o presídio. Ele conta que durante a noite os presidiários doentes gritavam de dor e, ao

⁴ Domingos Passos foi um dos líderes do anarquismo na década de 1920. Era carpinteiro, sindicalista e autodidata. Após fugir de Clevelândia, foi preso novamente na prisão do Cambuci, em São Paulo (SAMIS; 2000:218-219).

amanhecer, os próprios presos recolhiam em média dez corpos de presidiários falecidos. Na mesma matéria, o jornal entrevistou um ex-sargento da armada de São Paulo, chamado Alexandre Ribeiro, que era o encarregado pelo cemitério de Clevelândia. Segundo ele, foram sepultados mais 600 homens no cemitério, inclusive vários menores, entre eles Moyses Guedes, identificado em seu prontuário como “indesejável”. Moyses foi vitimado pelo impaludismo: “liquidou-o, antes de tudo, uma ferida de mau character, na boca”. Ao se referir à Moyses, Ribeiro faz a seguinte provocação ao jornal: “Pode dizer no seu jornal que não lhe fizeram curativos. Morreu a mingua de assistência medica”. Outro entrevistado, Avelino Resende, afirmou que os presidiários eram espancados com golpes desfechados com umbigo de boi, “bolos nas mãos”, socos e pontapés. Segundo ele, antes de serem espancados, os presos eram algemados pelas mãos e pés, o que indica o uso de práticas cruéis de tortura que historicamente a repressão do Estado tem utilizado contra a dissidência política.

O periódico *A Plebe*, na edição do dia 12 de fevereiro de 1927, publicou depoimentos e correspondências de vários ex-presidiários anarquistas que estiveram em Clevelândia. Uma correspondência postada por José Maria Varella pedia a um companheiro, não identificado, que lhe arrumasse alguns réis para que pagasse a sua liberdade. Varella dizia que estava muito doente: “tenho certeza de que não tenho mais cura (...) A miséria por que tenho passado estes dois, três (já vai três) mezes, ultrapassou os limites da minha estrutura orgânica”. Varella dizia estar quase nu, e pedia para que a sua companheira não fosse informada dessa situação, senão ela correria o risco de piorar o seu estado de saúde. Na mesma edição, outra correspondência publicada, postada por Manuel Ferreira Gomes (datada do dia 14 de dezembro de 1925), afirmava que “dia 12 do corrente conseguimos fugir da Clevelândia e aportamos em Saint Georg, uma povoação francesa, à margem do rio Oiapoque”. Gomes dizia que, apesar de todas as dificuldades provenientes da situação de clandestinidade no território francês, aqui “é melhor do que a Clevelândia”.

Pedro Motta, um militante anarquista, escreveu numa correspondência, também publicada no periódico *A Plebe*, onde afirmava que estava em Saint Georg com mais quatro anarquistas foragidos de Clevelândia. Mota escreveu sobre as dificuldades de sobreviver de forma clandestina, devido à falta de trabalho assalariado e de tratamento médico. O anarquista afirmou que recebera os 400 réis enviados pelos companheiros anarquistas, e que o valor foi dividido entre os cinco companheiros que estão em Saint Georg, e informou ainda que: “Os camaradas Varella, Nino Martins, Paradas e José Nascimento, como deveis saber, são falecidos”.

Numa outra correspondência publicada no mesmo periódico, enviada no dia 2 de fevereiro de 1926, cujo remetente não foi identificado, era comunicada a morte de Pedro

Mota, pela falta de medicamentos e alimentação. Solicitava o envio de algum dinheiro para que os anarquistas que estavam em Saint Georg pudessem retornar às suas casas. O solicitante escreveu: “Camaradas, se não fosse a situação horrível e desoladora porque estamos passando neste momento, não te pediria coisa alguma”. As correspondências dos presidiários anarquistas descrevem as dificuldades e tensões que presenciavam cotidianamente.

Ainda que não haja uma voz uníssona sobre a identidade dos presidiários de Clevelândia do Norte, não resta dúvida de que o presídio foi a expressão da crueldade do Estado contra sujeitos e grupos políticos dissidentes. Numa outra perspectiva, a criação e funcionamento do presídio e os debates posteriores a sua dissolução não deixam dúvida de que os últimos anos da década de 1920 foram marcados por fortes tensões sociais, envolvendo tendências políticas distintas. O grupo político vitorioso no movimento de 1930 venceu por uma série de injunções históricas envolvendo conflitos, tensões sociais e disputas políticas. Portanto, foi um movimento no qual várias tendências políticas participaram diretamente, inclusive o operariado, o que significa afirmar que a história não é determinada ou conduzida por um único grupo político, mas é construída a partir das tensões sociais envolvendo sujeitos e tendências políticas.

O debate com a fonte da imprensa possibilitou enxergar de maneira mais explícita quem foram os presidiários de Clevelândia do Norte: eram revolucionários, trabalhadores, injustiçados, soldados inferiores, beligerantes, indesejáveis, ladrões, vigaristas, punguistas, salteadores, vadios, marinheiros de baixa patente, mendigos, velhinhos, filhos do povo confundido entre os vagabundos, sindicalistas, anarquistas, operários, intelectuais, malfeitores, desocupados, dinamiteiros, batedores de carteira, crianças, indigentes e outros sujeitos que a historiografia hegemônica tem silenciado.

Considerações finais

Repensar o presídio do Clevelândia do Norte é uma exigência posta pelo presente em duas perspectivas convergentes: num primeiro plano é a necessidade de desmistificar aquela prisão como o símbolo da derrota dos grupos opositoristas, e num outro sentido, é a reflexão sobre Clevelândia (Oiapoque) como um lugar, o local do desterro, do isolamento geográfico, o espaço da fronteira territorial.

O debate sobre o número de óbitos no presídio de Clevelândia (Pinheiro; 1991; Samis; 2002; Romani; 2003) deixa entender que foram mais ou menos mil o número de

mortos durante o funcionamento do presídio (em apenas dois anos de funcionamento). Foi um processo de extermínio evidente. No entanto, no ano seguinte ao fechamento do presídio, os grupos oposicionistas estavam travando novos embates políticos entre si e com o governo oligárquico.

Atualmente as tensões sociais na região se expressam na questão indígena, na presença de atividades mineradoras na floresta, na presença de ONG's nacionais e internacionais na localidade, na criação de novas unidades de conservação, nos conflitos da polícia francesa com brasileiros clandestinos nos arredores da Guiana Francesa, na travessia ilegal de brasileiros para o território francês e na ausência de políticas sociais efetivas para a promoção da cidadania naquela localidade.

O Oiapoque não é terra de ninguém e nem tampouco é um vazio demográfico, como querem alguns estudos, afinal, a maior população indígena do estado está ali situada, além da presença da população urbana que ocupa a faixa fronteira.

Fontes

A Nação – Consultado no Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

A Plebe – Consultado no Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

O Combate – consultado no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

O Paiz – Consultado na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Referências Bibliográfica

ALICINO, Rogério. *Clevelândia do Norte*. Guanabara: Editora do Exército Editora, 1971.

AZEVEDO, Raquel de. *A resistência anarquista: uma questão de identidade (1927-1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2002. (Coleção Teses e Monografias, Vol. 3)

CAMARGO, Aspásia. Federalismo e identidade nacional. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Sérgio Paulo (Orgs). *Brasil: um século de transformação*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DECCA, Edgar de. *1930: o silêncio dos vencidos – Memória, história e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PEDROSO, Célia Regina. *Os signos da opressão: história e violência nas prisões brasileiras*. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, 2003.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: a revolução mundial e o Brasil - 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

SAMIS, Alexandre. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo: Imaginário, 2002.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia e a cobiça internacional*. Rio de Janeiro: Record, 1968. (Coleção Presença Brasileira, vol. 03)

ROMANI, Carlo. Clevelândia (Oiapoque): colônia penal ou campo de concentração. *Revista Verve*. São Paulo: O Programa, 2003, nº 4.